

OS CAMINHOS DO MUNDO RURAL

**Engenheiro agrônomo Roberto de Campos Duhá
e a Cultura das Oliveiras em Rio Grande**




Editora da furg

Cledenir Vergara Mendonça

**OS CAMINHOS
DO MUNDO RURAL:
ENGENHEIRO AGRÔNOMO
ROBERTO DE CAMPOS DUHÁ
E A CULTURA DAS OLIVEIRAS
EM RIO GRANDE**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE FURG

Reitor

DANILO GIROLDO

Vice-Reitor

RENATO DURO DIAS

Chefe do Gabinete do Reitor

JACIRA CRISTIANE PRADO DA SILVA

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

DIEGO D'ÁVILA DA ROSA

Pró-Reitor de Infraestrutura

RAFAEL GONZALES ROCHA

Pró-Reitora de Graduação

SIBELE DA ROCHA MARTINS

Pró-Reitora de Assuntos Estudantis

DAIANE TEIXEIRA GAUTÉRIO

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

LUCIA DE FÁTIMA SOCOOWSKI DE ANELLO

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

EDUARDO RESENDE SECCHI

Pró-Reitora de Inovação e Tecnologia da Informação

DANÚBIA BUENO ESPÍNDOLA

EDITORA DA FURG

Coordenadora

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

COMITÊ EDITORIAL

Presidente

DANIEL PORCIUNCULA PRADO

Titulares

ANDERSON ORESTES CAVALCANTE LOBATO

ANGELICA CONCEIÇÃO DIAS MIRANDA

CARLA AMORIM NEVES GONÇALVES

CLEUSA MARIA LUCAS DE OLIVEIRA

EDUARDO RESENDE SECCHI

ELIANA BADIALE FURLONG

LEANDRO BUGONI

LUIZ EDUARDO MAIA NERY

MARCIA CARVALHO RODRIGUES

Editora da FURG

Campus Carreiros

CEP 96203 900 – Rio Grande – RS – Brasil

editora@furg.br

Integrante do PIDL

Editora Associada à



EDUNI-SUL
ASSOCIAÇÃO DAS EDITORAS
UNIVERSITÁRIAS DO SUL

Cledenir Vergara Mendonça

**OS CAMINHOS
DO MUNDO RURAL:
ENGENHEIRO AGRÔNOMO
ROBERTO DE CAMPOS DUHÁ
E A CULTURA DAS OLIVEIRAS
EM RIO GRANDE**



Rio Grande
2022

© Cledenir Vergara Mendonça

2022

Designer da capa: Isadora Pogozelski

Murilo Borges

Formatação e diagramação: Cinthia Pereira

Revisão ortográfica e linguística: Sylvia Felix

Ficha Catalográfica

M539c Mendonça, Cledenir Vergara.

Os caminhos do mundo rural: engenheiro agrônomo Roberto de Campos Duhá e a cultura das oliveiras em Rio Grande [Recurso Eletrônico] / Cledenir Vergara Mendonça.

– Rio Grande, RS : Ed. da FURG, 2022.

56 p. : il.

Modo de acesso: <http://repositório.furg.br>

ISBN 978-65-5754-155-5 (eletrônico)

1. Cultivo de Oliveiras 2. Agricultura 3. História I. Título.

CDU 631(816.5RG)

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos –
CRB10/2344

Agradeço a Maria Duhá Klinger,
pelas produtivas conversas
e pelo incentivo sobre o livro,
pela elaboração e pelas sugestões,
após as descobertas
sobre o Roberto Duhá.
Agradeço ao Eduardo Schmitt Stigger.
Indispensável, ainda,
foi a dedicação
do Marco Antônio Cunha,
com o zelo de sempre
na ajuda dos arquivos
da Biblioteca Rio-Grandense.
Sem esquecer a parte iconográfica
do casal Miguel Isoldi
e Célia Maria Pereira,
que desfilam as imagens no livro
com a competência de sempre,
sem falar dos mimos da pintura
da Ângela Hubner.
Ao colega e amigo
das escritas históricas,
Prof. Daniel P. Prado,
que ajudou a moldar a trajetória
do meu trabalho.
À esposa Magda,
pelo carinho de sempre!

SUMÁRIO

Prefácio	7
A dimensão histórica das oliveiras	10
O surgimento das feiras	29
Uma Diretoria, uma ideia, um conceito	33
Sonhos e despedidas	39
O encanto das memórias	43
As falas dos filhos	47
Referências	55

PREFÁCIO

O que você vai ler agora não é somente o seguir dos passos do Diretor de Agricultura do município do Rio Grande, Roberto Duhá, e o entendimento da sua paixão pelo cultivo da oliveira. Mas, é o entendimento e a dimensão do seu pioneirismo à frente de uma Diretoria recém criada – 1948 – e por ele organizada, que se tornaria, mais tarde, a Secretaria de Agricultura do Município do Rio Grande, no extremo sul do Brasil.

Estabelece-se, assim, uma relação delicada no espaço político, cultural e econômico, voltada sempre ao seu mundo de pesquisas e anotações sobre as oliveiras, onde cada ponto se entrelaça, mesclando-se entre as narrativas silenciosas e as memórias despedaçadas por parte de seus descendentes.

Das primeiras experiências com as lembranças dos filhos, nasceu esse trabalho e, depois, viriam os novos elementos da pesquisa, na busca das memórias do passado. Foram horas analisando jornais, relatórios da municipalidade, teses e obras publicadas que, de algum modo, interagem com o mundo mágico das oliveiras. Então, passei a dialogar com tudo já escrito, refinando outras pesquisas, contudo, fundamentalmente, eu lanço um olhar sobre a atuação do Roberto Duhá, nomeado o primeiro Diretor de Agricultura do município e seus planos de desenvolvimento do espaço rural de Rio Grande.

Ouvi pessoas anônimas, herdeiras das políticas públicas, que foram implantadas em 1950, com o plantio da oliveira na ilha dos Marinheiros, ilha do Leonídio ou no Povo Novo.

A conjunção das falas foi o elemento novo na construção do livro: os fatos diários ganharam novas abordagens, sem nunca descaracterizar o conceito da produção acadêmica, com suas fontes históricas, que não faltarão no livro.

Dividida em capítulos, a narrativa circula nas memórias da família para entender melhor como a percepção e o orgulho sobre o pai ainda era latente. Mas, entendia que era preciso retirar do patrimônio familiar e, democraticamente, alinhar um olhar sobre a importância de seu legado, tornando-o, assim, um patrimônio de todos os rio-grandinos.

Roberto Duhá vinha do mundo urbano, onde há circulação de pessoas nas praças, repartições públicas, nos jornais, no Mercado, nas igrejas, nas agências marítimas, com seus escritórios de representação, cinemas, teatros e o cais do porto, vislumbrando um cenário por onde circulava parte considerável da produção e da riqueza rio-grandense, traçando, por livre vontade, o paralelo do município, no seu enclave rural, ainda tão pouco conhecido. E ele conseguiu essa proeza. Seus caminhos preferidos, sempre em olhares atentos, voltados para a liberdade do campo. Esse modo rural (tempo de cultivo) e o modo urbano (tempo paisagístico) se entrelaçam, mesmo que na distância, sob os olhares da força política que se impunha àquele tempo.

Ensaio incursões de entrevistas, tornando vozes esquecidas dos velhos agricultores em patrimônio das falas desprezadas do tempo passado. E lá estavam as oliveiras! O texto produzido não tem esse propósito específico do resgate das memórias coletivas, mas insere, sim, seu olhar no episódio que se perdeu no tempo, marcado pela ausência refratária de incentivos e cuidados dos olivais restantes, sobras enfadonhas do desprezo que as oliveiras tiveram das administrações municipais – e a percepção de um espaço social em profundas mudanças, uma sociedade que ainda hoje se nega a reconhecer seu passado.

Quando assumiu a diretoria de agricultura no município do Rio Grande em 1948, o recém-formado Eng. Agrônomo Roberto Campos Duhá trazia enormes desafios na estruturação

e na implantação de novas políticas públicas do setor primário no município. Nesse sentido, o fomento de apoio da pequena propriedade, as novas matrizes produtivas e o uso de novas tecnologias e insumos passaram, então, a nortear o modelo nas propriedades rurais, em meados do século XX. A comercialização dos pequenos produtores nas feiras livres, o paisagismo urbano e a pesquisa da cultura da oliveira, demarcam, nesse momento, um novo olhar de uma sociedade que atravessava profundas mudanças no seu espaço e a organização dos novos núcleos de habitação.

O reconhecimento e os afazeres históricos à frente da Diretoria de Agricultura, entre 1948 a 1954, compuseram o desafio de mostrar a importância do seu legado, através das falas, documentos oficiais, noticiosos em jornais, fotos e arquivos memoriais da família, constituindo, assim, um obstáculo, na medida em que nos propomos a salvaguardar o patrimônio profissional do Engenheiro Roberto de Campos Duhá.

Mas, se tudo isso lhe escapa a cena de interesses, quem sabe uma leitura suave, crítica e o encanto de uma história marcante que ainda sobrevive; o pioneirismo de Roberto Duhá e a sua paixão pelas oliveiras.

A DIMENSÃO HISTÓRICA DAS OLIVEIRAS

Na dimensão histórica, a vida vegetal, a flora, e mesmo espécies múltiplas de cultivo, domesticadas, carregam imenso simbolismo e dimensão em sua trajetória, nos diversos tempos da humanidade, como a oliveira. Vários escritores da antiguidade citam a olivicultura, entre eles, o poeta romano Ovídio, Heródoto e De Candolle, falando sobre como a cultura se estendeu da Ásia Menor nas constantes peregrinações e emigração entre a Palestina e Síria, região semítica com olivais desde 1.000 A.C, até chegar aos povos do Mediterrâneo Ocidental e, mais adiante, os cartagineses de Espanha.

Não há uma origem definida, e a árvore mitológica e seus rituais estavam espalhados em núcleos civilizatórios distantes entre si. De acordo com Fernandes:

Tem-se como certo os primeiros exemplares de oliveira encontrados no continente americano, vieram para o México e para o Peru, no século XVI, procedentes de Sevilha, Espanha. Do México estendeu-se aos Estados Unidos (Califórnia) onde tomou esse desenvolvimento¹.

Na Grécia, dedicavam a oliveira à Pallas Athena, a deusa da sabedoria, venerada em Atenas. Na Roma Antiga, ao triunfo dos homens ilustres e guerreiros vitoriosos, era confeccionada a coroa com galhos de oliveira – assim como

¹ FERNANDES, Edy de Araújo. A oliveira e sua cultura no Rio Grande do Sul. Governo do Estado do RS. Porto Alegre. Secretaria da Agricultura – 1959, p. 5

na comemoração do domingo de Ramos, quando Jesus entra em Jerusalém em meio a ramos de oliveiras, símbolo da paz e da vitória. Na Bíblia é constante a presença da oliveira. E o Monte das Oliveiras é local de sagração dos judeus, cristãos e muçulmanos. Em síntese, eis uma breve inserção da cultura da oliveira. Como nenhuma outra espécie, viu o florescer de muitas civilizações, a decadência dos povos e foi a testemunha dos andantes na construção de um mundo sempre repleto de vicissitudes.

No Brasil, embora consultemos ensaios acadêmicos ou matérias em revistas especializadas, não há uma linha corrente uniforme quanto à determinação do surgimento da cultura da oliveira em unidades da federação. Para Gomes², o Brasil recebeu os primeiros exemplares de oliveiras a partir do ano de 1800, trazidos, por imigrantes europeus, que se estabeleceram no sudoeste e sul do país, mas com caráter ornamental em praças de algumas cidades. Era comum que pequenas propriedades cultivassem a oliveira para o uso doméstico, mas sem nenhuma base de extração ou comercialização, assim como o plantio por clérigos nas Ordens religiosas em mosteiros e conventos para o óleo usado nas lamparinas ou no ritual com os galhos no domingo de Ramos.

No Rio Grande do Sul e seu pioneirismo nos ensaios sobre o plantio da oliveira, Fernandes diz

que podemos afirmar que a oliveira foi introduzida pelos imigrantes açorianos que se estabeleceram em Porto dos Casais, hoje em Porto Alegre. (FERNANDES, 1959, p. 5)

E dos relatos, importante fonte no diário do botânico August de Saint-Hilaire na sua passagem por Porto Alegre em 28 de julho de 1820:

² GOMES. Luciane da Silva, Produção de oliveiras e diversificação produtiva: Uma abordagem sobre o potencial estratégico para o desenvolvimento territorial. Dissertação. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais. UFPEL – Pelotas – 2018

Comi em Porto Alegre deliciosas azeitonas produzidas na região, pois a oliveira aqui medra otimamente. Contudo plantam-na a título de curiosidade, apenas. Penso que quando a população aumentar e o número de propriedades tornar-se maior, a cultura da oliveira poderá a vir ser uma boa fonte de renda³.

No cenário regional, indiscutivelmente, o município do Rio Grande compõe um leque importante de material, pesquisa, pioneirismo em políticas públicas e o incentivo ao plantio dos olivais no Estado do Rio Grande do Sul. Fernandes⁴ diz que, possivelmente, a oliveira mais antiga do Brasil esteja aqui na cidade. Trata-se de um exemplar entre 80 e 100 anos existente no jardim da residência da família Pook, onde hoje está situada a Câmara de Vereadores do município de Rio Grande. Atualmente, um exemplar da planta ainda está vivo.

Foto 1 – Antiga residência e pomar da Família Pook
– Atual Câmara de Vereadores de Rio Grande



Fonte: FERNANDES, Edy de Araújo – A Oliveira e a sua cultura no RS. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Secretaria de Agricultura – 1959, pg. 6

³ SAINT-HILAIRE, Auguste de, Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821. Itatiaia;1999

⁴ FERNANDES, Edy de Araújo. A Oliveira e sua Cultura no Rio Grande do Sul. Governo do Estado do RS. Porto Alegre. Secretaria da Agricultura – 1959, p. 6

Outra referência é o nome do 1º Estádio do Clube de Futebol mais antigo do Brasil, Esporte Clube Rio Grande, fundado em 19 de julho de 1900: o Campo das Oliveiras, na Avenida Buarque de Macedo. O Pavilhão Social foi construído em 1910. Em 1911, foi concluída a construção do Estádio das Oliveiras⁵ – que teria as árvores como ornamento, no entorno do Estádio. Mas não há uma citação específica do plantio da oliveira, mas na descrição das melhorias em andamento, o Relatório da Diretoria informa ser “um local aprazível de arborização para as famílias dos nossos associados.”⁶

Da mesma forma, os dados mais contundentes e importantes, até pelo pioneirismo, estão nos escassos documentos sobre o Horto Municipal do Povo Novo, que teve, ao longo do tempo, mudanças em sua nomenclatura e atividades afins. O antigo “Posto Sérico⁷”, onde se cultivavam amoreiras para a criação do bicho-da-seda no final dos anos 30, mesmo período em que surgem outras propostas de modernização, mudanças e diversificação da cadeia produtiva da agropecuária no Rio Grande do Sul com o início das pesquisas na Horticultura.

Foto 2 – Oliveira centenária – Câmara de Vereadores de Rio Grande



Fonte: Célia Pereira

⁵ <https://www.scriogrande.com/estadio>, acesso em 28/10/2021

⁶ RAMOS, Miguel Glaser. S.C Rio Grande. Centenário do Futebol Brasileiro – Rio Grande: Editora da Furg. 2000, p 75

⁷ Relatório do ano de 1948 – Apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Eng. Miguel de Castro Moreira, p. 42

A Prefeitura do Rio Grande realizou a compra de terras e repassa ao Estado⁸ quando da criação do “Campo Experimental de Horticultura” em fevereiro de 1938, no lugar Plínio Monte, antigo proprietário de parte das terras, localidade denominada de Domingos Petroline. Essa parceria ficaria mais clara entre a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do RS com a efetivação de um dos melhores Centros de Pesquisa em Horticultura que tivemos. Em 1939, de acordo com Fernandes⁹, a primeira providência para trazer a oliveira para estudos em nosso meio, a Secretaria importava pequenas coleções da Argentina para o plantio na Estação Experimental de Domingos Petroline, Caxias e Garibaldi.

Esses primeiros estudos das possibilidades de plantio das oliveiras, no município de Rio Grande (em que foram 20 variedades plantadas num total de 100 plantas), para as avaliações de caráter fisiológico, serviram para o incremento de mudas e, lentamente, para o processo de distribuição e parcerias entre produtores (e o plantio de oliveiras nas vias públicas do município). O próprio Estado, através da Secretaria de Agricultura, criou o Serviço Olerícola, em 1946, com uma série de medidas de proteção à cultura, inclusive com isenções de impostos da propriedade, durante 10 anos e incentivos fiscais às indústrias de extração, que se instalassem no Estado.

⁸ Relatório do ano de 1936 – Apresentado à Câmara Municipal de Rio Grande pelo Prefeito Eng. Civil Antônio Rocha Meirelles Leite, p. 37

⁹ FERNANDES, Edy de Araújo. A oliveira e a sua cultura no Rio Grande do Sul. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Agricultura – RS, 1950, p. 6

Fotos 3 e 4 – Coleta azeitona – 1959. Horto Municipal Povo Novo



Fonte: FERNANDES, Edy de Araújo – A Oliveira e a sua cultura no RS. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Secretaria de Agricultura – 1959, pg. 44/45

Ainda no Relatório da Prefeitura em 1948, faz a referência sobre as 100 mudas plantadas em 1939.

Encontram-se superlativamente produtivas em Rio Grande, onde há pés que carregam até 300 kg de azeitonas e aonde o governo municipal vem cultivando com grande dedicação e carinho mais de uma centena de oliveiras nos diversos logradouros públicos dessa cidade.¹⁰

¹⁰ Relatório do ano de 1948 – Apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Eng. Miguel de Castro Moreira, p. 14

No Posto Sérico, o plantio da amoreira o uso da planta seria o consumo das folhas que servem para alimentar o bicho-da-seda, e a casa, ainda existente, seria o espaço de cuidados do casulo com a extração do fio da seda. O antigo galpão das ferramentas foi demolido. Segundo relatos orais sobre essa experiência, não obteve êxito o ensaio técnico da tentativa do fio de seda rio-grandino, muito pela falta de manejo e solos não adaptados, mas já havia os primeiros passos com o plantio das árvores de oliveiras (*Olea europaea* L.) no Posto (já chamado por muitos o antigo ‘Campo das Amoreiras’), que passava a pesquisar e produzir as oliveiras, o agora chamado Campo de Cooperação das Oliveiras, considerado o 2º Horto de pesquisa no Brasil sob a chancela de Roberto de Campos Duhá.

Foto 5 – Escritório Horto Municipal do Povo Novo. Antigo Posto Sérico de 1938



Fonte: Célia Pereira

Na sua obra sobre Rio Grande, no capítulo sobre tecnologia agrícola e industrial, diz:

explicar ou simplesmente pretender explicar, porque não se tenha até hoje cultivado aqui oliveiras, seria árduo e improficuo trabalho.¹¹

¹¹ SALVINI, R.O. Município do Rio Grande – o que é e o que deve ser sugestões e conselhos para seu incremento. Gráfica Escolas Profissionais Lyceu Salesiano Leão XIII. Rio Grande, 1937 – p.157

Para ele, o cultivo de oliveiras imprime ao ambiente uma distinção indiscutida e denota a elevação e o adiantamento intelectual e moral dos povos que deificam sua cultura e seus interesses econômicos.

Foto 6 – Oliveiras Horto Povo Novo



Fonte: Célia Pereira

Assim, insistia que:

A municipalidade deveria iniciar uma verdadeira campanha de informações, fazer o uso da oliveira em embelezamento das vias públicas e das praças e parques, substituindo uma infinidade de plantas ornamentais que nada produzem e nada nos dizem de poético, frequentemente, de bello¹².

No campo das ideias e sugestões de forasteiros que desenhavam e propunham novos processos de desenvolvimento e análises históricas, importantes colocações quanto ao plantio das oliveiras no município. De acordo com Pimentel no capítulo sobre sericultura (Bombix ou bicho da seda) e o plantio de Oliveiras sugere que: “Não queremos encerrar essa resenha

¹² Idem, p. 159

sem deixar de fazer especial referência a duas culturas que, como muitas outras, trarão ao Rio Grande reais benefícios a sua economia pública e privada”.¹³

Não se pode negar a preocupação da Prefeitura em tentar organizar, por medidas administrativas, o desenvolvimento rural do município. Com a proposição da criação da Diretoria de Fomento Rural¹⁴, criada por Lei nº 45 de 02/01/1937, que seria instalada na Vila da Quinta.

Trazia nas suas proposições bases interessantes de apoio ao desenvolvimento ao setor agrícola e a pecuária do município, tais como: desenvolvimento e racionalização do setor primário, instruções técnicas e classificação do solo, serviços de estudo, seleção e distribuição de mudas, auxílio na mecanização agrícola e usos de adubos químicos, auxiliares nos campos de pastagens, constituindo-se, assim, um projeto interessante, mas que não teve efeito prático algum. O Diretor nunca fora nomeado, nem os capatazes efetivos, e os princípios que ora se anunciavam, ficariam postergados para mais adiante e seu funcionamento precário apesar do apoio dos subprefeitos no distrito da Quinta.

Na gestão do prefeito Miguel de Castro Moreira, entre 1948 e 1950, depois eleito em 3 de outubro deputado estadual pelo PSD, começa o esboço de organização da agropecuária e uma visão mais abrangente da necessidade de apoiar os produtores rurais, com uma série de ações e subsídios que vinham a compor as políticas públicas, até então inexistentes, em relação ao espaço rural do município. Em 24 de abril de 1948, através da Lei nº 49, são fixadas as atribuições da Diretoria de Agricultura, que, de acordo com as Disposições Transitórias da Lei Orgânica¹⁵, “se destina a promover e fomentar o desenvolvimento da agricultura e da pecuária no Município”. Em 21 de maio de 1948, a Lei nº 58 abre um crédito especial

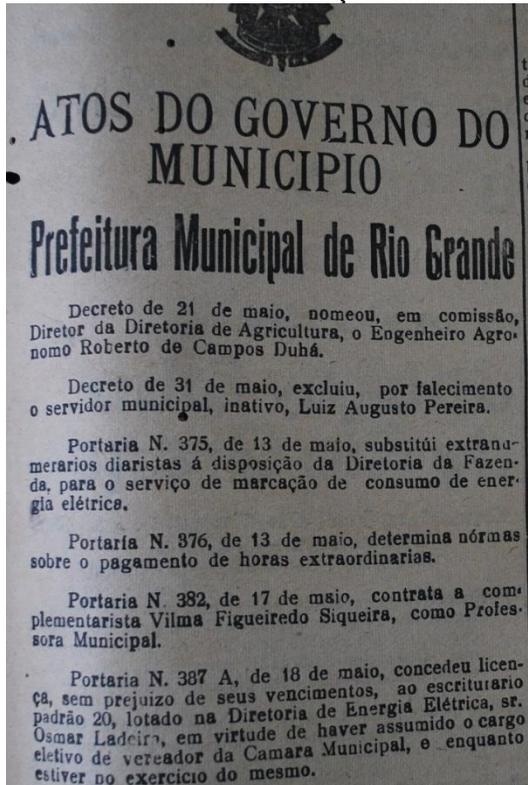
¹³ PIMENTEL, Fortunato. Aspectos Gerais do Município do Rio Grande. Ofic. Gráfica da Imprensa Oficial. 1944, p. 183

¹⁴ Relatório exercício 1936. Apresentado à Câmara Municipal do Rio Grande pelo Prefeito Eng. Civ. Antônio Rocha de Meirelles Leite, p. 36

¹⁵ Lei Orgânica do Município do Rio Grande – 13/03/1948 – Biblioteca Rio-Grandense

para a instalação e funcionamento, no corrente ano, da Diretoria de Agricultura. O primeiro Diretor foi o Engenheiro Agrônomo Roberto de Campos Duhá, nomeado¹⁶ em cargo de Comissão, com a implantação da Secretaria em maio do corrente ano. Os demais quadros de funcionários, foi editada a Portaria¹⁷ nº 424, de 4 de junho de 1948, designando os servidores municipais que nela terão sua atuação profissional.

Foto 7 – Decreto de Nomeação Roberto Duha



Fonte: Jornal Rio Grande – 08/06/1948 – Biblioteca Rio-grandense

¹⁶ Jornal Rio Grande – 08/06/1948 – Biblioteca Rio-grandense

¹⁷ Jornal Rio Grande – 16/06/1948 – Biblioteca Rio-grandense

Nesse momento, a então Diretoria de Agricultura com Roberto Duhá começa um trabalho específico com as oliveiras. Eram seis quadras de plantio com variedades diferentes e que foram analisadas quanto aos tipos de solo, sanidade, adubação, época e podas, floração, graus de polinização e suscetibilidade a fungos ou a mosca da azeitona. Sem laboratório adequado para suas pesquisas quanto ao fruto, era em casa que fazia os ensaios sobre as características das azeitonas de acordo com a produção dos olivais no Horto Municipal.

Era usado o método caseiro de curtir a azeitona. Imersas na salmoura e colocadas em barril de carvalho ou pequenas mostras em bacias espalhadas nos seus recantos de amostragens, fazendo suas observações quanto ao aroma, a salinidade ou o gosto da polpa. As variedades mais adaptadas, segundo os dados levantados, foram a Penafiel e a Alto Douro, de produção no campo, sem especificar as características da azeitona. Cabe salientar que os ensaios e o plantio de oliveiras no Povo Novo, estacas de ligustrum, enxertos sobre ligustrum, estacas de oliveiras (pouco rendimento) e plantio com sementes, traziam possibilidades do desenvolvimento da cultura no município também com variedades como a Galega e Penafiel (portuguesa), Frantoio (italiana) e Manzanilla (espanhola). Neste ano, de acordo com o Relatório do ano de 1949 do Prefeito Miguel de Castro Moreira, p. 51, foram distribuídas 1.200 mudas de oliveiras. Um dos primeiros atos¹⁸ da Diretoria foi lançar, no Edital nº 1, em 15 de julho de 1948, na qual “torna público que facilitará aos agricultores a aquisição de mudas de oliveiras pela metade do preço.” Começaria também o projeto de paisagismo nas ruas e praças da cidade com a oliveira e replante onde se fizesse necessário.

O jornal Gazeta da Tarde, no Boletim de Informação nº 10, diz;

A exemplo de anos anteriores, a Diretoria de Agricultura Municipal, está distribuindo mudas de oliveiras aos agricultores do município.

¹⁸ Jornal Rio Grande – 17/07/1948 – Biblioteca Rio-Grandense

Até o momento tem se registrado grande procura dessa planta, o que seria possível atender graças a cooperação do Serviço Olerícola do Estado¹⁹.

De acordo com o Agrônomo C.B Torres, responsável da Estação Experimental de Horticultura, Domingos Petroline, do Estado, faz a ressalva em 1946 quanto à necessidade de estudos sobre o cultivo da oliveira:

Tratando-se de um assunto que vem despertando grande interesse e sobre o qual vem sendo feita muita propaganda, na maioria das vezes carente de fundamento e com visível interesse pessoal imediato, temos 'dispensado atenção especial ao comportamento das oliveiras existentes nesta Estação.²⁰

As variedades que o Estado trouxe, em 1939, para a pesquisa das cultivares e de suas características de desempenho quanto à produção de azeitonas de mesa, os rendimentos para a fabricação do azeite ou aptas para conservas vieram importadas do Chile, Argentina, Espanha e Portugal.

Interessante destacar que parte delas também foi plantada no Povo Novo, nesse período. Mas, somente em 1948, com Roberto Duhá, ocorre o aproveitamento e estudos técnicos das variedades já instaladas no Horto Municipal.

Se, na conjuntura política, a 2ª Guerra Mundial dita as regras do consumo ou a produção de manufaturados, a falta de óleos vegetais em Rio Grande trazia preocupações para o abastecimento local. A cidade já possuía algumas oliveiras plantadas²¹ nas vias públicas e a escassez de óleo de oliva e preços elevados, de certo modo, viria a impulsionar o plantio para a extração do óleo. Comercialmente, neste período, a Diretoria

¹⁹ Jornal Gazeta da Tarde – 14/06/1949 – Biblioteca Rio-Grandense

²⁰ Relatório do Ano Agrícola de 1946/47 – Estação Experimental de Horticultura. Domingos Petroline, p. 26

²¹ Gazeta da Tarde, 28/04/1950 – Biblioteca Rio-Grandense

de Agricultura do Município teria a prioridade somente do plantio de mudas para abastecer o mercado interno para o plantio das oliveiras no município.

Foto 8 – Oliveiras na Av. Portugal



Fonte: Célia Pereira

Nesse sentido, o frágil ensaio de anos atrás, no Povo Novo, passa a uma política de oportunidades de ganhos com o plantio das oliveiras. E, dentro das expectativas de consumo, estava a indústria pesqueira²², em pleno desenvolvimento – como a Leal Santos, a J. Cunha do Amaral, a Francisco Furtado, a M. Pereira de Almeida, a empresa Torquato R. Pontes, a Abel F. Dourado e a Fábrica Albano de Oliveira e os sonhos de uma indústria local para a prensagem, a filtragem e o clareamento do óleo a ser produzido aqui e consumido pelas indústrias locais. A Câmara Municipal do Rio Grande também manifestava apoio à olivicultura, sugerindo formar uma Comissão para a busca, junto ao Governo do Estado, dos incentivos, de acordo com o Decreto Estadual nº 59, de 13/11/1947, de apoio a Olivicultura, conforme o industriário e vereador, Alfredo Reint de Boer:

²² MARTINS, César Augusto Ávila. RENNEN, Marco Antônio Gama. Industrialização de pescado no município do Rio Grande: da gênese ao final do século XX. – <https://periodicos.ufsc.br> , acesso em 07/09/2021

Que determine a referida comissão tomar na devida consideração as condições favoráveis em que se encontra o nosso município para a lavoura oleícola e a industrialização das azeitonas, inclusive na região considerada econômica para o plantio das oliveiras, na conformidade do Artigo do aludido decreto, a fim de que nossos produtores possam gozar de todas as vantagens do decreto.²³

O projeto, então, ganha esse formato aos cuidados de Roberto Duhá, incorporando, também, nos espaços públicos (Praça Xavier Ferreira, a atual Praça do 6º GAC, Avenida Portugal, Rua Marechal Deodoro e arredores), novas formas da paisagem em reconstrução, em que a paisagem vai além da estética. As praças, as ruas, o alinhamento do meio fio e o calçamento com as cinzas – resíduos da queima da Usina de carvão – vinham a incorporar uma mudança no cenário urbano, principalmente no cotidiano do subúrbio em direção às novas linhas de urbanização, ao oeste da península, partindo da então Cidade Nova²⁴, que já tinha proposição, desde os anos de 1870 ou em mapas de 1904, para fora dos limites da “Cidade Velha”. Cabe salientar que foi com a posse das terras extramuros que começou o planejamento do novo bairro. No ano de 1881, a Câmara Municipal do Rio Grande apresentou a planta da Cidade Nova,²⁵ onde aparecem especificadas as quadras e ruas, a estrada para o interior do município, as ‘boulevards’ (avenidas arborizadas que se destacam por serem amplas) que cercam o bairro, como aquela que vai até a Companhia

²³ Livro 3 – Câmara Municipal – Ata nº 98, 28/04/1948 – Biblioteca Rio-Grandense

²⁴ PEDROSO, Ticiano Duarte. Cidade Nova: Narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. UFPEL, 2012 – <https://wp.ufpel.edu.br>, acesso em 28/03/2021

²⁵ NOGUES, Everton Luiz Bicca. Gênese e transformações do bairro Cidade Nova no município do Rio Grande/RS. Dissertação apresentada pelo Programa de Pós Graduação em Geografia. FURG, 2015 – <https://repositorio.furg.br>, acesso em 08/09/2021

Hidráulica Rio-Grandense, onde está a caixa d'água, localizada a cerca de três quilômetros do centro da cidade. Nos anos 50, ainda apresentava uma série de problemas relativos à infraestrutura urbana e a muitos obstáculos derivados das condições precárias de vida de seus habitantes. A partir desses loteamentos, surgiu um novo fenômeno urbano denominado de “vila” que, em duas décadas, 1950 e 1960, de acordo com Martins²⁶, vinte e cinco se proliferaram no município.

Foto 9 – Oliveiras Praça Xavier Ferreira



Fonte: Célia Pereira

No espaço rural, o Campo de Cooperação no Povo Novo se estruturava aos poucos, com as contínuas pesquisas varietais e a enxertia das oliveiras, sob o comando de Roberto Duhá. Do ponto de vista pessoal, não era uma visão mercadológica que estava no seu horizonte quanto às suas pesquisas. Suas leituras continham um sentimento diferente, mais humano, uma relação com o ambiente e o espaço de convivência.

Se as preferências de Duhá eram sempre a rua, a sombra e o pequeno agricultor, na cidade, a distribuição de oliveiras ganhava corpo nos noticiosos dos jornais:

²⁶ MARTINS, Solismar Fraga. Cidade do Rio Grande: industrialização e urbanidade (1873-1990). Editora FURG, 2022 – p. 180 – Rio Grande/RS – 2ª ed.

A exemplo de anos anteriores, a Diretoria de Agricultura Municipal, está distribuindo mudas de oliveiras aos agricultores do município. Até o momento, tem se registrado grande procura dessa planta, o que será possível atender graças a cooperação do Serviço Olerícola do Estado²⁷.

Nesse momento, era importante a parceria com o Governo do Estado, que tinha um programa de valorização e plantio dos olivais, através dos ensaios em seu campo de pesquisa em Domingos Petrolina. Ao mesmo tempo, no Povo Novo, 10 mil enxertos de oliveiras estariam aptos ao plantio, entre 12 a 24 meses. Era um trabalho promissor, que se desenhava com a cultura de oliveira no município para o encanto de Duhá.

Na coluna *Flagrantes Urbanos*, do jornal *Gazeta da Tarde*, enfatizava-se, com um certo orgulho:

Rio Grande é uma das raras cidades do nosso Estado que pode gabar de ter a maioria de suas ruas com esse gracioso aspecto que lhes empresta uma arborização metódica e escolhida.²⁸

Criava-se a expectativa exagerada de surgimentos de fábricas de azeite brasileiro, com qualidade igual a do óleo importado. Isso geraria uma ótima fonte de renda, devido ao incentivo de produção e distribuição de mudas por todos os cantos do município, Povo Novo e seus arredores, Ilha do Leonídio e Ilha dos Marinheiros, mas sem uma política voltada à indústria beneficiadora. Mas o otimismo era grande, como sintetizava o noticioso matutino em 1951:

Estão colocando nosso município na vanguarda da Olivicultura no Rio Grande do Sul. Com cerca de 4.000 pés plantados, dos quais,

²⁷ Jornal *Gazeta da Tarde*, 14/06/1949

²⁸ Jornal *Gazeta da Tarde*, 24/02/1951

500 estão em produção, atingiremos, neste ano, a casa dos 7 mil e dentro em breve teremos nossas fábricas de azeite...²⁹

A Diretoria de Agricultura estava com um pouco mais de dois anos, e traria profundas mudanças sobre o espaço rural do Rio Grande. Duhá e a dimensão de seu trabalho à frente da Diretoria, vai além do simplismo corriqueiro das atribuições normativas do mundo administrativo-político, o qual não era o assunto de sua predileção. Era o entusiasmo, vivido diariamente, a relação estabelecida com seus subordinados e sempre, no horizonte de seus sonhos, o ambiente, a natureza e as pessoas. Dizia a Gazeta da Tarde que:

Apesar das dificuldades financeiras, tem desenvolvido um trabalho gigantesco que só a capacidade moça de um Roberto Duhá seu titular, que com entusiasmo e energia contagiante, tem dado a esse serviço municipal uma eficiência muito além da expectativa.³⁰

Foto 10 – Oliveiras Praça Xavier Ferreira



Fonte: Célia Pereira

²⁹ Jornal Gazeta da Tarde, 18/08/1951

³⁰ Jornal Gazeta da Tarde, 18/04/1951

Basicamente, em quase todas as ruas centrais da cidade foi plantada uma oliveira. Desde a Rua Duque de Caxias, a Rua João Alfredo e às tentativas insistentes na Buarque de Macedo e na Rua Dom Pedro II. A Gazeta da Tarde publicava:

O plantio da oliveira deixa de ser um projeto de pesquisa para se tornar uma realidade no município do Rio Grande. No interior, a distribuição de mudas aos agricultores e no espaço urbano, tentativas constantes de arborização de ruas e praças, mas a ignorância pública foram totalmente depredadas, salvando-se somente aquelas plantadas em frente à cadeia nova.³¹

No auge da glamourização das oliveiras, havia queixas constantes contra o roubo de mudas nos noticiários diários que, aliás, acentuaram-se ao decorrer dos anos – e, por vezes, desestimulando o plantio e arborização das vias públicas na cidade.

Nas “Notáveis realizações que assinalam a Administração Buchholz, no Governo Municipal”, diz a Gazeta da Tarde em 28/05/1954 sobre a Arborização, que “as oliveiras, árvores que têm recebido a devida assistência, produziram, neste ano, apreciável quantidade de azeitonas.”

Estava encerrando o ciclo virtuoso dos olivais, em Rio Grande. Roberto Duhá não estava mais na Diretoria da Agricultura. Partiu para outros desafios. Deixou seu legado e as insistentes árvores vivas e descuidadas espalhadas por todos os cantos. Houve tentativas de restauros dos pés de oliveiras, bem como ensaios frágeis de viabilizar novamente o plantio nas décadas seguintes, mas pouco se concretizou.

³¹ Jornal Gazeta da Tarde, 25/04/1951

E as oliveiras eram um pedaço fatiado, adorado, da engrenagem da nova Diretoria que Duhá organizou. Ainda faltava completar o pessoal administrativo, encarregados das secções e o quadro dos trabalhadores do Horto, no Povo Novo. Havia as feiras livres para organizar, e lá estavam os resultados da criatividade característica da sua personalidade.

O SURGIMENTO DAS FEIRAS LIVRES

As feiras livres constituem um fenômeno econômico e social que se arrasta no tempo, com suas simbologias e afazeres históricos. No transcurso do século XX surgiam as novas ferramentas do circuito da distribuição dos gêneros alimentícios no varejo e no atacado – supermercados, atacados, hiper, cartão magnético – propondo os novos conceitos na forma na qual adquirimos os alimentos. A distribuição e comercialização de hortifrutigranjeiros entrariam na lógica do comércio abastecido pelos grandes oligopólios da distribuição.

Nesse sentido, as feiras livres constituem o contraponto no tempo e no espaço, uma relação viva inserida na sociedade rio-grandina, através dos tempos.

Em 1823, Saint-Hilaire, botânico e naturalista francês, esteve na cidade e registrou, em seu diário:

em uma das ruas do Rio Grande existe um pequeno mercado (quitanda), onde negros, acocorados, vendem hortaliças, tais como – couve, cebola, alface e laranjas. (SAINT-HILAIRE, 1999, p. 65).

A evolução histórica das feiras livres convencionais, no município do Rio Grande, surgiu num período no qual o sistema de produção, baseado em insumos químicos, era ainda incipiente. Foi precedido pela implantação da revolução verde e dos seus grandes desdobramentos. As feiras organizadas pelo município, até meados dos anos 40, funcionavam em três locais designados pela Prefeitura: Feiras na Praça Tamandaré,

Praça Conselheiro Saraiva e Praça da Bandeira. Não havia, até aquele momento, o entendimento do espaço público da rua para a realização das feiras livres. Era, através de regramento nos espaços monitorados, o uso autorizado de comercialização somente na praça, algo como um recanto de proteção e cuidados com a população ao acesso de produtos de agricultores do município.

Foto 11 – 1ª Feira Livre – 1948



Fonte: Relatório do ano de 1948, Prefeito Miguel de Castro Moreira – Prefeitura Municipal, p. 53 – Biblioteca Rio-grandense

A primeira feira livre de Rua, no município do Rio Grande, foi realizada em agosto de 1948, nas proximidades do canalete da Rua Major Carlos Pinto com a Avenida Portugal³¹. Mais adiante, já nos anos 50, a feira sai da Praça Tamandaré e passa a ser na Rua General Vitorino, quase em frente ao Hospital Beneficência Portuguesa.

Nesse momento, a Diretoria de Agricultura, criada em 4 de junho de 1948, com seu titular, o Engenheiro Agrônomo Roberto Duhá, incorpora uma mudança de perfil nas feiras livres. A rua, a dinâmica de circular, espaço de sociabilidades e o controle sanitário, compõem um novo significado das feiras dentro de uma sociologia econômica. Naquele momento

³¹ Relatório do ano de 1948. Prefeito Miguel de Castro Moreira – Prefeitura Municipal do Rio Grande. Biblioteca Rio-Grandense

ainda gestava a distribuição alimentar que operava em cadeias longas, como nos tempos atuais, diminuindo a autonomia dos agricultores e um distanciamento na relação produtor/consumidor.

Como característica da época e já em processo de mudanças, a Prefeitura comprava e revendia os produtos nas feiras livres. Até então, os dias eram nas quintas-feiras, na Praça Tamandaré e aos domingos, alternadamente, na Praça Conselheiro Saraiva ou na Praça Bandeira.³²

Foto 12 – Feira Livre – Praça Tamandaré, 1949



Feira - Livre

Fonte: Relatório do ano de 1949. Prefeito Miguel de Castro Moreira – Prefeitura Municipal, pg. 37 – Biblioteca Rio-grandense

Observa-se, com a gerência de Roberto Duhá, uma nova forma de produzir e consumir alimentos. Essa foi uma alternativa de estreitar as relações entre produção e consumo, através das “cadeias curtas de produção e comercialização”, que, naquele tempo, tinham um princípio básico: desde 1947, com pautas seguidas da Câmara Municipal; o alto custo dos alimentos e as feiras seriam a solução para baixar o preço dos produtos.

³² Idem, p. 29

Vínhamos aguardando, pacientemente, como sempre, a resposta ao nosso requerimento. Já foi decorrido um tempo bastante apreciável e até agora, nem respostas nem feiras livres. Só com as feiras livres poderá o povo sentir alguma baixa de preços dos gêneros de primeira necessidade, apesar dos tabelamentos e toda a espécie de controles burocráticos que pouco ou nada adiantam³³.

Esse mercado face a face, tal como eram as feiras, nasce com Duhá – a perspectiva moderna de feiras livres, em Rio Grande, com a participação de produtores. Essa era sua constante preocupação: inserir os pequenos produtores na comercialização direta, sendo que era a Prefeitura que participava na compra e venda dos produtos, nas primeiras experiências de feiras livres, com o objetivo de propor preços baixos, destinados à população. Aos poucos, porém, repassa aos intermediários o processo de comercialização em espaços públicos. Com o tempo, começariam os regamentos, os cadastros e os novos espaços das feiras em Rio Grande, desde os anos de 1956.

O primeiro Regulamento para as Feiras Livres, em Rio Grande foi o Decreto nº 2.277, de 11 de janeiro de 1965. Ele possuía somente sete (7) Artigos padronizados quanto à finalidade, organização e funcionamento.

Art. 1º – Destinam-se às FEIRAS LIVRES,
a) – propiciar aos agricultores a venda de seus produtos, diretamente aos consumidores.
b) – facilitar aos consumidores a aquisição de essencialidades, face à inexistência de mercados em bairros e vilas do município.³⁴

O princípio que Duhá imaginava, há quase duas décadas passadas, estava regulamentado com adequações dos espaços e o alvará de registros dos feirantes. Desta forma, as feiras livres se espalharam por todos os cantos e distritos do município.

³³ Livro 3 – Ata nº 82 – 05/04/1948 – Biblioteca Rio-Grandense

³⁴ Prefeitura Municipal do Rio Grande – Arquivo SMDP

UMA DIRETORIA, UMA IDEIA, UM CONCEITO

Mas o que seria essa Diretoria de Agricultura que, aos poucos, Duhá modelava? Sua vivência do universo familiar estava ligada, intrinsecamente, ao espaço urbano e portuário com os transportes marítimos da “Duhá & Cia”, empresa do seu pai, João Duhá, agente no Rio Grande da Sociedade de Navegação Cruzeiro, de Porto Alegre. Em nada se relacionava com o campo.

Mas, Roberto, em sua inquietude, se formou em Agronomia. Poderia não ser a opção desejada da matriarca Hélia Duhá para o filho caçula, mas, percebe-se haver um grau de espontaneidade: fundamentalmente, ato de um espírito esclarecido, que buscava, nos enclaves da natureza, suas respostas aos questionamentos da vida.

Havia a necessidade de um serviço de mecanização da lavoura em apoio aos pequenos produtores. Também era o pioneirismo nessa rede de incentivos que, aos poucos, tomava a forma e os desejos de Duhá. No Relatório de prestação de contas da Gestão, diz:

Interessante iniciativa e, sem dúvida, o preparo rápido para o cultivo que tomou a si a Diretoria. Para isso, foi adquirido um trator com grade e arado, conforme concorrência pública julgada nos últimos dias do exercício. Mediante remuneração razoável, inferior ao preço corrente, os ruralistas poderão valer-se da mecanização, base de toda agricultura moderna.³⁶

³⁶ Relatório do ano de 1948. Prefeito Miguel de Castro Moreira – Prefeitura Municipal do Rio Grande. Biblioteca Rio-grandense, p. 41

As notícias relacionadas à agropecuária nos jornais diários sempre foram amenas. De certa forma, não era praxis editorial dos jornais de uma cidade que tinha no seu polo portuário a base de sua riqueza, vincular notícias seguidas do espaço rural nas matérias jornalísticas. Com o surgimento da Diretoria de Agricultura, os projetos de Duhá começam a pincelar os noticiosos relacionados às atividades agrárias. Na Coluna Mecanização da Lavoura, com matéria local diz que:

Devido ao preço excessivo das máquinas agrícolas, aqui no Brasil, poucos agricultores podem mecanizar suas lavouras. A Prefeitura através da Diretoria da Agricultura vai oferecer o serviço de lavar e gradear as terras, que cobrará pequena taxa por hectare trabalhado.³⁷

No ano de 1953³⁸, Roberto, como Diretor, lança um Edital para a compra de um trator e grade. Não soubemos se houve oferta, mas o serviço já estava disponível, quando, em 1949, são preparados, mecanicamente, 92 hectares de terra, mesmo com o mau tempo, prejudicando, assim, o rendimento dos serviços. Não estamos falando de um tempo de tecnologias no campo, falamos na incipiente modernização da agricultura nacional.

Ainda em 1952, o jornal Rio Grande expressa que:

Somos uma das poucas comunidades rio-grandenses que possuem, já trabalhando há alguns anos, uma Diretoria de Agricultura, que, sem burocracia, sem maiores obstáculos, coloca a mecanização ao alcance de qualquer interessado.³⁹

No silêncio do trabalho nas terras domadas, basicamente, com junta de bois e no braço do trabalhador, surge, no horizonte, um modelo ímpar na região, o ronco assustador àquele tempo, de uma máquina com seus desafios, cruzando nossos caminhos

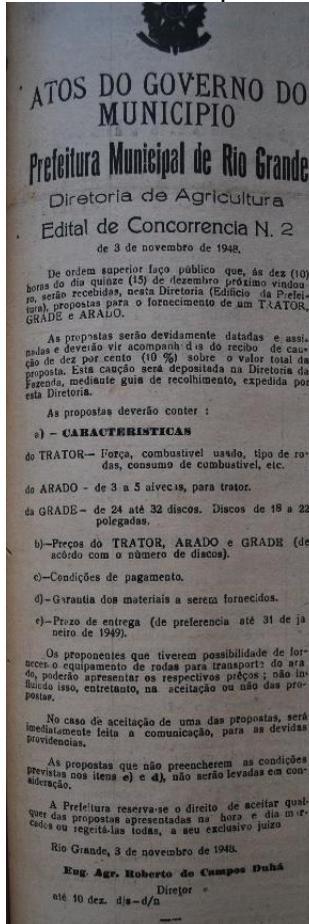
³⁷ Jornal Gazeta da Tarde, 05/01/1949

³⁸ Jornal O Tempo, 07/04/1953

³⁹ Jornal Rio Grande, 07/03/1952

rurais. Esse serviço de preparo do solo, depois, esteve por muito tempo desativado, e voltaria mais tarde com o incremento de dois tratores e implementos. A regulamentação por lei, somente no ano de 2001, com a rubrica chamada de “Patrulha Agrícola⁴⁰” e, sem dúvida, estratégia fundamental de apoio aos pequenos produtores nesses tempos atuais.

Foto 13 – Edital compra de trator



Fonte: Jornal Rio Grande 03/12/1948

⁴⁰ Lei 5.590, 26/12/2001 – Arquivo SMDP – Prefeitura Municipal do Rio Grande

Mas, haveria sempre as intempéries climáticas, secas insistentes, pragas como a do gafanhoto ou a voraz peste suína, que se abateu em Rio Grande. E lá estava a Diretoria da Agricultura, com Roberto Duhá, quando, em 1949, se alastrava a epidemia com milhares de porcos mortos, no município, o esforço para atender os animais contaminados. A Peste Suína Africana (PSA), segundo dados apresentados e relatórios de jornais, desde período, tratava-se de uma enfermidade, virose contagiosa, com sintomas de febre, dores nas articulações e uma taxa de mortalidade, que, dependendo da gravidade, chegava ao extermínio, em até 10 dias da infecção.

Não há dados do número exato de mortes do rebanho suíno, mas fez parte das preocupações da Diretoria, quando o Presidente da Câmara Municipal do Rio Grande⁴¹, Luiz Carlos Martins Falcão, diante da insistência dos moradores da Ilha do Leonídio, sobre o que fazer com a generalização da peste na localidade, realiza a visita na ilha com Roberto Duhá para os procedimentos possíveis. Esse serviço de combate à Peste Suína era mantido com a cooperação da Secretaria da Agricultura do Estado, que fornecia as vacinas e, naquele ano, focou-se nas ilhas do Leonídio: 480 porcos vacinados, e Marinheiros outros 600. Nos demais distritos, foram realizadas 250 vacinas.

Outro legado da pecuária foi o surgimento dos Postos de Monta, com a aquisição de reprodutores bovinos e suínos nos distritos para a melhoria da qualidade genética do rebanho. Duhá também era inseminador, e graças ao convênio com o Ministério da Agricultura, a Diretoria passou a organizar, com os produtores interessados, um plano para a utilização desses serviços. No Relatório de 1948, diz que:

Foram atendidos inicialmente com sêmen de produtores holandeses do Instituto Agrônômico, de alta linhagem. Dois funcionários especializados da Diretoria executam o Serviço de Inseminação

⁴¹ Câmara Municipal do Rio Grande, 1949 – Ata 266, folha 9 – Biblioteca Rio-grandense

cuja procura pelos criadores de gado leiteiro tem sido promissora.⁴²

Buscava-se, naquele momento, o melhoramento genético em bovinos, principalmente em reprodutores de gado leiteiro. Foi o que se percebeu nas aquisições de material ou compra em exposições ou feiras, quando a Prefeitura foi compradora de animais da raça Holandesa e Jersey. Ainda não existia o botijão criogênico para o armazenamento e transporte de sêmen (equipamento de isolamento a vácuo) e Duhá tinha a guarda e os cuidados do material para a realização de inseminação. Termina o ano de 1948, com o registro de 180 inseminações realizadas pela Diretoria de Agricultura e, segundo as expectativas dos responsáveis, “este utilíssimo serviço tendia, cada vez mais, a aceitação dos nossos criadores desse serviço”, sempre destacando a cooperação do Instituto Agrônômico e do Posto de Inseminação do município de Pelotas.

Também foi executado, na gestão de Duhá, os Postos Agropecuários, e seriam implantados, de acordo com o Artigo 2º da Lei, que criava as atribuições da Diretoria de Agricultura. Representava um modelo institucional nas ações de incentivos aos agricultores, com a compra subsidiada, ou preços inferiores ao da praça diziam à época, de uma série de insumos e ferramentas úteis para o trabalho no campo.

Partia-se da perspectiva ou da compreensão de que o setor rural era atrasado e de que era preciso modernizar essas relações de trabalho. Nesse sentido, essas estratégias tornavam-se fundamentais e, longe de qualquer viés de afinidade com a macropolítica, Duhá envolve todo um tecido social e representatividade do campo, inserindo modernidade, produção, rentabilidade e qualidade de vida, ainda que distante do mundo urbano e industrializado da cidade. Demarcavam-se, assim, cada item do seu organograma, um legado que iria além da percepção do espaço no qual ele vivia. É interessante analisar que, somente a partir de 1955,

⁴² Relatório do ano de 1948. Prefeito Miguel de Castro Moreira – Prefeitura Municipal do Rio Grande. Biblioteca Rio-grandense, p 48

surgiu a consolidação da Extensão Rural, a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), hoje, a EMATER presente no Rio Grande uma década depois, em 1966.

Os Postos Agropecuários estavam presentes nas sedes distritais – Ilha dos Marinheiros, Vila da Quinta, Povo Novo e Bolaxa – e na sede da Diretoria. Além de utensílios de uso, como pás de corte, cabos de enxada, machados, gadanha, foices entre outros equipamentos, também na parte de fármaco, uma gama de produtos, tais como formicidas, carrapaticidas, sarnicidas, arsênico, vacina da manqueira e do carbúnculo, do curso branco e a propagandeada Fenotiazina que se apresentava no mercado.

Das sementes vendidas no balcão, ainda se entregava a semente de ervilha, já em processo de decadência de plantio, no Rio Grande, sendo um dos principais produtos nos anos 50, com a compra pelas grandes empresas, tais como a Swift, Leal Santos e Cunha Amaral. Tínhamos uma das maiores produções do Estado do Rio Grande do Sul.

Hoje, a cidade do Rio Grande produz ervilha em pouca quantidade, com pequenas áreas de plantio no interior. Outro produto, em termos de quantidade/peso, era a semente de milho, na qual, o volume de comercialização era expressivo. Percebe-se, nos Postos da Quinta e Povo Novo, que a distribuição de sementes de forrageiras de pastagens de inverno eram maiores, e mais especificamente, nas ilhas dos Marinheiros e Leonídio, onde as sementes de hortaliças apresentavam um volume maior que os outros distritos. Além disso, as entregas das mudas das oliveiras, centenas delas, eram distribuídas, anualmente, para os produtores do nosso interior, nos Postos Agropecuários da Prefeitura,

SONHOS E DESPEDIDAS

A fase final de Roberto Duhá, na Diretoria da Agricultura, vislumbrava um ambiente que ele assistia diariamente, com as profundas mudanças estruturais importantes que estavam acontecendo no município. As obras de fomento econômico, no banhado do Taim, com os serviços de hidráulica pela União, o canal de irrigação da Lagoa das Flores, o escoamento e a continuidade da estrada até Santa Vitória do Palmar, hoje a BR 471, e se encerrando, finalmente, no Chuí, o ponto extremo e a cidade mais meridional do Brasil. Surgia os arrozaís no município do Rio Grande – Taim – e a Associação Rural, com sua moderna sede inaugurada, o Parque de Exposições, com a doação da área 7ha, 2.254m, conforme a Lei nº 84 de 25/11/1948. Essa engrenagem não passava pela rubrica da sua Diretoria, mas alimentava todo um processo de desenvolvimento no setor primário do município do Rio Grande.

Começava o ano de 1954 e o município com seus 77.915⁴³ mil habitantes, desses, 11.965 (15%) habitantes ainda moravam na zona rural. Começava-se a desenhar um processo migratório urbano ascendente, na década seguinte, mas havia uma insistência de Duhá em partir, descortinar novas aventuras e a melancolia duradoura de deixar para trás as suas oliveiras e a terra natal. Não haveria o incentivo dos anos passados da Prefeitura com as oliveiras.

A cidade teve seus enclaves políticos e muita resistência da imprensa ao Prefeito Ernesto Buchholz do PTB.

⁴³ SALVATORI et. Al. Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, 1989 – p. 27-71

Roberto de Campos Duhá entrou para a Diretoria na gestão de Miguel de Castro Moreira (PSD) em 1948 e, em meados de 1954, se desliga do cargo – com sua família partindo para Santa Catarina. Ele não tinha os trejeitos aptos da discussão política, nem lhe importavam essas falas do cotidiano. Suas relações mais profundas estavam ligadas à pesquisa, ao espaço rural da pequena propriedade e, talvez, ninguém tenha vivido isso tão intensamente como ele.

Foto 14 – Antiga Residência Roberto Duha, Major Carlos Pinto, 402



Fonte: Célia Pereira

Mesmo que os três jornais diários da cidade – A Gazeta da Tarde, O Tempo e o Rio Grande – com a crítica sistêmica da administração municipal, nas urnas, Álvaro Ribeiro Pereira, do PTB, ganharia as eleições. A coligação sempre desejada, pragmática entre PSD, PL e UDN só voltaria ao governo em 1959, com o Eng. Ubatuba de Farias. Mas isso tudo não significava nada para ele, nem estaria por perto na vigilância dos projetos inovadores que criou. A Diretoria passava a ser organizada, com um agrônomo, o chefe de seção, quatro encarregados dos postos agropecuários, escriturários, motoristas e serventes. Roberto Duhá deixou pronto o orçamento para o ano de 1954 e a previsão de custos importantes na dinâmica

funcional da Secretaria que organizou, e de praxe, a constante preocupação com o espaço rural, como o combate de pragas e doenças da lavoura, que preocupavam os produtores nos anos 50 – e ainda previa recursos para a criação do serviço de Inseminação Municipal.

Roberto desistia do serviço público, e agora cuidaria dos bens da família em Lages, Santa Catarina, na administração da Fábrica União de Compensados. Ficamos carentes de visionários e empobrecidos culturalmente com sua ausência, todavia ficou o legado de uma inusitada contribuição ao desenvolvimento do Rio Grande. Nos raros momentos de lucidez, a cidade Noiva do Mar, Rio Grande, teve, no seu espaço rural, a melhor experiência de desenvolvimento, em meados do século XX.

Por vezes, tivemos pequenos encantos como sendo a “Cidade das Oliveiras”, iniciativas e parcerias privadas, coleta de azeitonas nas praças e ruas da cidade e um portfólio de viabilidades econômicas. O Rio Grande do Sul continua sendo o primeiro produtor de óleo de oliva no Brasil, e na zona sul e campanha, crescendo o desenvolvimento do plantio dos olivais. Quanto ao Rio Grande, ficou a marca do pioneirismo e, quem sabe, uma reflexão sobre o patrimônio imaterial que representa a oliveira para todos nós. Roberto Duhá faleceu em 15 de novembro de 1995 e seus restos mortais repousam no mausoléu da família, no Cemitério de Rio Grande.

O reconhecimento do seu trabalho e o pioneirismo, à frente da Diretoria de Agricultura, do município do Rio Grande, chegou 26 anos depois de sua morte, Lei 8.726 de 8 de dezembro de 2021, que “DÁ O NOME DE HORTO FLORESTAL ROBERTO DUHÁ AO HORTO DO POVO NOVO” – <https://www.riogrande.rs.gov.br/pagina/publicacao/lei-8-726-da-o-nome-de-horto-florestal-roberto-duha-ao-horto-municipal-do-povo-novo/>

Foto 15 – Mausoléu Família Duhá – Cemitério Rio Grande



Fonte: Célia Pereira

O ENCANTO DAS MEMÓRIAS

Esse momento do livro dá vazão às narrativas dos que conviveram com Roberto Duhá. Hoje, o mundo moderno impõe a todos que não se ouça as “velhas histórias” e, infelizmente, mede-se o tempo por outras circunstâncias e valores. Desse modo, o passado acaba, por vezes, não refletindo uma base de conhecimento que seja útil ao nosso presente.

Essa ausência da narrativa, cada vez menos presente, deve-se ao fato de que ela se origina de uma troca de experiências. Porém, estas mesmas experiências do mundo moderno estão se tornando incomunicáveis e solitárias.

Em nosso entendimento, a trajetória de Roberto Duhá vai à contramão da liquidez da sociedade moderna. Nestes escritos, que ora apresentamos, foram longas as conversas gravadas, onde pudemos rever os nossos espaços rurais e seus caminhos incertos, tentando compreender as memórias das pessoas que tiveram contato com Duhá. Acreditamos que conseguimos lembrar nomes, lugares, espaços, processos e experiências vivenciadas através dos relatos familiares, simbiose entre o real e o imaginário, verdades individuais ou memórias coletivas.

Tais essências narrativas da tradição oral ganham importância fundamental para as investigações sobre o passado, que, segundo Meyh,

com o uso da entrevista ela remete às questões do passado longínquo que se manifestam pelo que chamamos de folclore e pela transmissão geracional, de pais para filhos ou de indivíduos para indivíduos.⁴⁴

⁴⁴ MEIHY. José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola. 1996, p. 167.

Este conhecimento passa a ser produzido, a partir de pressupostos metodológicos, tendo por objeto o documento, no caso específico, o documento oral, resultando, assim, interpretações que tendem à parcialidade. Reside, então, a crítica científica e o contínuo repensar teórico-metodológico, que Torres afirma

a motivação da ampliação desta documentação, dos temas, das análises e da aproximação com as demais Ciências Sociais, re-escrevendo assim a história.⁴⁵

O que se pode caracterizar na tradição oral é que:

Como todas as culturas passaram verbalmente noções essenciais de uma geração a outra e mesmo que sejam fatos antigos, eles ressurgem de tempos em tempos, com as mesmas respostas sendo reinventadas como se fossem de alguma forma original.⁴⁶

Não há mudanças na complexidade memorial, quando relacionadas à vida familiar ou profissional do Roberto Duhá, na medida em que diferentes convívios foram estabelecidos – familiar e profissional – pois cada entrevistado tem, no seu espaço físico-geográfico, a memória dos acontecimentos e seus processos interligados a interesses comuns. Cabe à História, segundo Certau⁴⁷, a separação e transformação em documento, determinados objetos, não aceitando os dados estabelecidos, mas constituindo-os e destinando-os a um reemprego coerente.

⁴⁵ TORRES. Luiz Henrique. *Brasilidade e Platinidade na produção historiográfica do Rio Grande do Sul (1819-1975)*. Rio Grande: Ed. da FURG, p. 13.

⁴⁶ CRUIKSHANK. Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. IN: AMADO. Janaína. MORAES. Marieta de (org.) *Usos e Abusos da história oral*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, p. 151.

⁴⁷ CERTAU. Michel de. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 81.

Todos os filhos guardam passagens extraordinárias ao lado do pai. Essa repercussão de determinadas memórias pode sofrer um processo de interação afetiva ou processos restritivos, quer pela idade e a noção do entendimento do vivido naquele período, como por um ponto de partida das lembranças. A mudança da família para Santa Catarina tem esse marco temporal. Alberti realça que:

O mais importante é o incluir tais ocorrências em uma reflexão mais ampla, perguntando-se por que razão o entrevistado concebe o passado de uma forma e não de outra e por que razão e em que medida sua concepção difere ou não das dos outros depoentes.⁴⁸

Seriam os interesses pessoais ainda reservados sobre o passado? São conscientes ou não essas formas de armazenamento da memória? Os caminhos propostos são múltiplos, na medida em que se entrelaçam conjecturas às quais, neste momento, o trabalho não consegue dar um sentido definitivo, mas que tendem a refletir os pontos-chaves no desenvolvimento das narrativas. São memórias pessoais que refletem uma contingência herdada ou vivida, disso não se tem dúvidas, mas como se articulam no aspecto cognitivo, exigindo um detalhamento em longo prazo. É um enquadramento da memória, mas há também, segundo Pollack⁴⁹, a organização da própria memória em si. Ou seja: cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade e de continuidade da organização.

As lembranças dos Duhá não são elementos nem critérios de avaliação, diagnósticos de suas falas ou confrontos dos mecanismos memorialísticos. Foram captadas as percepções de como eles entendiam o pai, enquanto pesquisador e a visão

⁴⁸ ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989, p. 3.

⁴⁹ POLLACK, Michael. *Memória e identidade social*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos. n. 10, 1992, p. 206.

do espaço mágico que ele devotava ao cultivo das oliveiras. Essas lembranças são, às vezes, nostalgia, fixada na ausência do pai, exprimindo bem mais do que uma concepção ideológica ou cultural. Implica o modo, a relação parental de como o fato de partir da cidade natal repercutiu como um ponto referencial de suas lembranças, quanto à visão que tinham sobre a cultura da oliveira, em Rio Grande.

AS FALAS DOS FILHOS

MARIA DA GRAÇA DUHÁ CELENTE

Publicitária, professora universitária, coordenadora do curso de propagação e *marketing* da FAMECOS – PUCRGS.

Apelido familiar: *Gagá*

Minha caixinha de joias:

O que dizer de um homem honrado, trabalhador, que amava a família e a sua cidade – Rio Grande. Aliás, ser Papareia era seu grande orgulho. Seu nome era Roberto de Campos Duhá, mas, em menos palavras, meu pai!

Eu nasci no Rio Grande, filha de um militar da infantaria, que serviu à Segunda Guerra Mundial. Sei disso contado pela minha mãe, que se lamentava, pois ficava sozinha, com uma filha ainda bebê. E a primeira lembrança que eu tenho do meu pai foi quando fui informada da nossa transferência para Porto Alegre. A essas alturas, eu era uma criança muito pequena – pequena demais para saber o que estava acontecendo e como isso afetaria minha vida para os próximos anos.

Éramos, então, quatro pessoas. Pai, mãe, eu e minha irmã, a segunda Maria, também nascida no Rio Grande. Mudamo-nos para Porto Alegre, para que meu pai pudesse estudar Agronomia. Lembro, vagamente, de termos viajado num navio, numa empresa marítima de meu avô, João Duhá e de um amigo. O navio chamava-se *Cruzeiro* e jamais sairia da minha cabeça o medo de cair nas águas da Lagoa dos Patos.

Eu não tinha a mínima ideia do que isto poderia significar na minha vida. Aprendi rapidinho o que, na verdade, era uma mudança. Já não tinha a mesma casa, nem os mesmos vizinhos, os mesmos amiguinhos e como isto viria ser importante para mim.

Meu pai, estudando agronomia na UFRGS, fazia uma maratona entre a Faculdade e nossa casa que, para nós, seria a maravilhosa Chacrinha, na Cavalhada.

Minha mãe cuidando de dois cachorros, de um cavalo que, de tão magro, ganhou o apelido de puro osso e de um galinheiro, onde toda a manhã pegava ovos para nossa primeira refeição.

Em seguida, não éramos mais somente quatro pessoas. Nasceu mais uma Maria. Agora éramos pai, mãe e três Marias, ou seja, cinco pessoas.

Lembro da formatura, na casa do colega dele, Loreto, que viria a falecer um mês depois, de tuberculose. Foi minha primeira perda. Agora eu sabia o significado do que era perder alguém. Porto Alegre significou, para mim, um amadurecimento muito grande. Eu já me sentia gente.

Quando a terceira Maria completou três anos, voltamos para Rio Grande. Outra mudança, outra casa, os mesmos parentes e novos amigos. E agora os amigos do Povo Novo.

Os passeios de final de semana eram maravilhosos. As idas mágicas ao Cassino, os banhos de mar, a lancha que nos levava até São José do Norte, a vagoneta que passava entre as pedras e o mar e, aos domingos, passeávamos na Praça Xavier Ferreira.

Meu pai mudou a maratona que, já formado em agronomia, era de casa para a prefeitura e para o Povo Novo, onde se tornou Secretário de Agricultura e Veterinária, do Rio Grande. Logo, ele apareceu em um Jeep. Foi meu amor à primeira vista. Quando o motorista Airton Pimenta parava na frente de casa, eu entrava rapidinho para sentir o que era um Jeep.

Terminou minha curiosidade, quando fui convidada para ir ao Povo Novo. Foi a glória! Nunca mais deixei de ir até lá,

sacudindo e pulando no Jeep que, segundo constava, era uma relíquia da segunda guerra.

Vi de perto, bem de perto, o amor que meu pai dedicava ao povo e às plantas do local. As oliveiras entram nessa maratona diária.

Graças ao amor dedicado ao povo do local conseguiu uma verba da prefeitura, comprou um trator, pás, enxadas, e outros utensílios para que os homens pudessem trabalhar com mais conforto.

Conheci aquela estrada como ninguém. Dia de sol, uma poeira do inferno, dias de chuva era um barral de dar dó. Mas era maravilhoso ver a fisionomia de alegria e satisfação do meu pai quando cruzávamos a porteira. Ali, sim, estava o seu mundo. As oliveiras passaram, também, de uma cultura completamente desconhecida para ser parte da nossa vida. Do horto do Povo Novo, meu pai tirava mudas e distribuía à população local para que plantassem onde achassem melhor. E os frutos colhidos eram colocados em barris para serem curtidos e, logo após, serem consumidos pela própria população. As ruas da cidade e as praças, aos poucos, tornaram-se um jardim de oliveiras.

Outra atividade do meu pai era a inseminação dos animais das ilhas e do Povo Novo. O sêmen era recolhido e ficava no refrigerador da nossa casa, aguardando o uso. E eu aguardava com ansiedade este dia, para ir de Jeep para o interior.

Estávamos no ano de 1950. Nascia, então, na Santa Casa do Rio Grande, um outro Roberto, que passamos a chamar de Robertinho. Éramos seis, até então, e as oliveiras ficaram para trás, na nossa grata memória. E, na memória de um homem que jamais esqueceu suas oliveiras, seu Povo Novo e a sua terra, Rio Grande.

Começou a era Santa Catarina. Nova casa, novos vizinhos, novos amigos.

Voltamos para Porto Alegre, quatro anos depois de uma pequena vida em Santa Catarina. Aqui nasceu o sétimo, que levou o nome do nosso avô, João. Aqui de volta, nasceu o último filho, nosso último irmão, Guilherme. Éramos, então,

oito membros, na família. Os oito permaneceram, por muito tempo, até que nosso pai faleceu. Alguns anos depois, nossa mãe também morreu

Lembro, ainda, do meu pai, mal entoando: “chegou, chegou Sinhá dona Mariquinha, num barco novo, escaler da marinha...” Saudades dele...

Maria da Graça Duhá Celente
A primeira filha, a mais velha das Marias.
Porto Alegre 07/12/2021

MARIA TERESA CARVALHO DUHÁ SCHULTZ

Odontóloga, empresária, educadora, voluntária em empreendedorismo social e associativismo, e coordenadora pedagógica na área de tecnologia e inovação.

Apelido familiar: *Gorda ou Tere*.

Herdei de Roberto, por genética ou por convivência, gosto pelas ciências e pelo esporte. Desde muito cedo, conversava com ele sobre natureza, terminologia científica das plantas e dos animais, sobre física e química. As brincadeiras dele de “dar incertas”, como ele chamava os desafios aos nossos conhecimentos, com perguntas e solução de pequenos problemas, eram pura diversão, para mim. Conforme fui crescendo, nossas conversas foram se aprofundando. Seu interesse pelas ciências foi uma inspiração para minha vida.

Um dia surgiram, na família, comentários sobre umas oliveiras que ele estaria plantando no Povo Novo e que ele traria para nossa casa alguma quantidade dos frutos para serem curtidos e serem um tipo de experiência para o futuro desenvolvimento. Eu, muito curiosa, estava sempre fazendo perguntas sobre aquela novidade, que era somente para mim, pois há muito mais tempo ele já vinha estudando a possibilidade

de desenvolver aquela cultura na nossa cidade que, segundo seu conhecimento, era um ambiente muito propício para tal.

No seu gabinete, que eu visitava com frequência, onde eu fazia meus deveres de casa, sempre via livros referentes às oliveiras, e ele fazendo anotações, algumas vezes bem nervoso, lendo e escrevendo. Do alto dos meus nove ou dez anos, começava a entender a intenção empreendedora e o esforço que ele fazia para que tudo desse certo. Escutava as conversas dele com minha mãe sobre as oliveiras, sempre com entusiasmo e muito conhecimento. Veio, então, a notícia de que alguém, na prefeitura, não apoiaria mais o projeto e que não deveria ir adiante, e as azeitonas desapareceram da minha vida.

Das azeitonas ficou somente uma lembrança alegre: as tinas com as azeitonas ficavam na garagem, onde aproveitávamos o piso liso e polido para andar de patins. Um dia, aprendendo a patinar, Cota, a mais moça de nós três, caiu dentro das azeitonas...

Saímos de Rio Grande e fomos morar em Lages, Santa Catarina. Ele mudou de foco e foi cuidar da empresa da família, já que, sendo um agrônomo, poderia cuidar do abate dos pinheiros para produção de lâminas de madeira, que seriam insumos para a produção dos compensados, produto principal da fábrica.

Anos mais tarde, logo após sua morte, conversando com minha mãe, enquanto organizávamos seus pertences para a reorganização do novo momento sem ele, reconheci aqueles livros que eu teria visto em Rio Grande. Relatórios escritos à máquina, muitos papéis, livros, livretos e brochuras, todos referentes ao plantio de Oliveiras. Alguns ilustrados com árvores de oliveira, outros com ramos e frutos. Sobre um especial, minha mãe falou: “– Essa era a cópia do trabalho do Roberto.”

Era um livreto muito simples. Na capa, que era tão mole quanto as páginas, havia uma gravura com uma pequena árvore de oliveira, com destaque de alguns frutos, desenhada com um traço muito fino, como se fosse feito à mão, com “pena de nanquim”. Não sei o destino que tiveram.

Ficou, do Roberto, a lembrança e a inspiração, e que esta seja, também, para os próximos jovens que, porventura, venham a dar continuidade ao cultivo das oliveiras, no Povo Novo. Sabe-se, hoje, que Roberto estava certo.

Maria Teresa Carvalho Duhá Schultz
A filha do meio.
Florianópolis, 09/2021.

ROBERTO CARVALHO DUHÁ

Velejador, aviador, Capitão de Mar e Guerra da Marinha do Brasil, reformado.

Breves Lembranças

Nasci na cidade do Rio Grande, em 14 de dezembro de 1950, exatamente no período em que meu pai trabalhava na Prefeitura da cidade. Minha Mãe sempre contava a história de que eu havia sido batizado na mesma pia batismal do Marquês de Tamandaré, Patrono da Marinha do Brasil, que ainda se encontra na Matriz de São Pedro.

Ainda pequeno, portanto, sem boas lembranças da época, a nossa família deixou a cidade, mudando-se para Santa Catarina. Anos mais tarde, voltando para visitar o Rio Grande, fui apresentado ao campo do plantio das Oliveiras, no Povo Novo. Aos 15 anos de idade, fui morar no Rio de Janeiro, para ingressar no Colégio Naval – creio que não foi influência da pia batismal... mas, quem sabe!

Após me formar, já na Escola Naval, fixei residência no Rio de Janeiro e, por vezes, visitava a família em Porto Alegre. Em algumas dessas oportunidades, conversei com meu Pai sobre as oliveiras em Rio Grande, quando ele me narrava a sua teoria, pautada, principalmente, nas similaridades de clima entre Rio Grande e algumas áreas Mediterrâneas, onde o cultivo das Oliveiras era um sucesso.

Anos mais tarde, após a morte dele, satisfiz um desejo da minha já idosa mãe, que era visitar o Rio Grande comigo. Assim, eu e minha esposa a levamos ao Rio Grande, como presente de aniversário pelos seus 80 anos. Nesta oportunidade, visitamos novamente o Povo Novo e registramos, em algumas fotos junto às Oliveiras, tão saudosas para ela – as memórias do Pós-Guerra de uma jovem mãe, recém-casada com um Engenheiro Agrônomo sonhador.

MARIA DUHÁ-KLINGER

Jornalista, produtora e diretora de vídeos, educadora.
Apelido familiar: *Cota, Cotinha*

Magia Papareia:

Tudo começou durante a pandemia de 2020, quando fiz o documentário *Rio Grande e a família Duhá*.⁵⁰ Este trabalho desprezioso foi totalmente “feito em casa e com amor”, e tinha como finalidade contar às novas gerações da minha família – todos distantes do Rio Grande – a história da cidade, colocando os nossos antepassados dentro deste contexto histórico.

Durante a investigação para a aquisição de subsídios para o conteúdo do vídeo, encontrei inúmeras revelações. Fiz a descoberta de documentos contendo fatos nunca antes conhecidos dos descendentes de João Duhá. Sabíamos da parte francesa, que deu o nome ao clã. Mas não tínhamos conhecimento da nossa descendência direta da África. Da África para o Rio Grande. Aprendi que existia, onde hoje é a Praça Tamandaré, um local chamado Geribanda – onde os negros escravos se reuniam. E, na minha imaginação, vi a minha pentavó, a escrava Thereza de Jesus, lavando roupa num lugar tão especial no meu coração.

⁵⁰ <https://vimeo.com/65089696>

Na minha pesquisa, o legado do meu tio Dídio era visível e palpável. Existe a Praça Dídio Duhá, na praia do Cassino, cenário de espetáculos culturais e esportivos internacionais, que atraem milhares de pessoas locais e de fora pela importância e significado dos eventos.

Ao longo da minha produção, percebi que não havia conhecimento e nem reconhecimento sobre o trabalho do meu pai, Roberto Duhá, no período em que foi Diretor da Secretaria de Agricultura do município. Pioneiro no seu campo profissional, realizou uma pesquisa científica (que provavelmente deve ter sido devastada, no fogo que assolou a prefeitura em 2006). Transformou o paisagismo urbano com o plantio de centenas de oliveiras nas ruas e praças da cidade, almejando criar um meio ambiente com sustentabilidade para a população.

Comecei a investigar o grau de conhecimento sobre a origem das oliveiras nas redes sociais, em páginas dedicadas ao Rio Grande. Fiz enquetes, *posts* com perguntas diretas sobre o assunto, onde eu propunha as questões:

1. Quem foi o responsável pelo plantio de oliveiras nas vias públicas?
2. Quem plantou as oliveiras na Praça Xavier Ferreira?
3. Alguém colheu olivas nos lugares públicos da cidade?

Os comentários dos participantes eram muitos e diversos. Alguns lembravam avós e membros da família, beneficiando-se com elas, da colheita familiar, do preparo doméstico, mas não tinham ideia da procedência. Nunca houve uma resposta concreta sobre as origens e quem as tinha plantado. Era o mistério mais bem guardado da cidade.

E o nome de Roberto Duhá era totalmente desconhecido da população. Minha irmã mais velha, Gagá (Maria da Graça Duhá Celente), que viveu e participou intensamente deste processo, quando criança, lembrava vividamente de muitos detalhes. Ela juntou-se a mim no projeto “Oliveiras no Rio Grande”, para que pudéssemos dar de presente para a cidade uma parte da sua história, que tinha caído no esquecimento. Enfim, desvendar o mistério.

Eu moro nos Estados Unidos, Gagá em Porto Alegre, de modo que seria impossível, durante uma pandemia, ir à procura de documentos para provar o que sempre soubemos: revelar o nome da pessoa que, num ato de amor pela cidade, enchia os lugares públicos de oliveiras e doava mudas para a população.

O historiador Cledenir Vergara Mendonça entrou neste projeto de uma forma totalmente mágica (como quase tudo o que acontece no Rio Grande). Encontrei com ele por acaso, no *Facebook*, expliquei o que eu estava buscando. Ele engajou-se no processo e foi impecável na sua pesquisa. O resultado está aqui, neste livro.

Em 1950, enquanto esta transformação do meio ambiente no Rio Grande acontecia, eu era muito pequena. Na minha lembrança, tenho apenas a imagem de meu pai chegando do trabalho, exausto, entrando em casa, na Rua Major Carlos Pinto, 402, no Canalete, com as botas cheias de lama.

E o resto são saudades...

Maria Duhá-Klinger

A mais nova entre as mulheres

Referências:

FERNANDES, Edy de Araújo. A Oliveira e sua Cultura no Rio Grande do Sul. Governo do Estado do RS. Porto Alegre. Secretaria da Agricultura – 1959, p. 5

SAINT-HILAIRE, Auguste de. Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821. Itatiaia;1999

GOBATTO, Celeste. Cultura da Oliveira e Noções sobre a Industrialização das azeitonas, 1945, p. 14

GOMES. Luciane da Silva. Produção de oliveiras e diversificação produtiva: Uma abordagem sobre o potencial estratégico para o desenvolvimento territorial. Dissertação. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Sistemas Agroindustriais. UFPEL – Pelotas – 2018

MARTINS, César Augusto Avila. RENNEN, Marco Antônio Gama. Industrialização de pescada no município do Rio Grande: da gênese ao final do século XX.

NOGUES, Everton Luiz Bicca. Gênese e transformações do bairro Cidade Nova no município do Rio Grande/RS. Dissertação apresentada pelo Programa de Pós-graduação em Geografia. FURG, 2015 – <https://repositorio.furg.br>, acesso em 08/09/2021

PEDROSO, Ticiano Duarte. Cidade Nova: Narrativas do cotidiano no subúrbio operário de Rio Grande. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais. UFPEL, 2012 – <https://wp.ufpel.edu.br>, acesso em 28/03/2021

PIMENTEL, Fortunato. Aspectos Gerais do Município do Rio Grande. Ofic. Gráfica da Imprensa Oficial. 1944, p. 183

SALVATORI et. Al. Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, v. 51, n. 1, 1989 – p. 27-71

SALVINI, R.O. Município do Rio Grande – o que é e o que deve ser sugestões e conselhos para seu incremento. Gráfica Escolas Profissionais Lyceu Salesiano Leão XIII. Rio Grande, 1937 – p. 157

Jornais – Período de 1948 a 1954

Gazeta da Tarde – Biblioteca Rio-grandense

Jornal Rio Grande – Biblioteca Rio-grandense

O Tempo – Biblioteca Rio-grandense

Entrevistas

Maria Duha-Klinger – 04/10/2021

Maria da Graça Duha Celente (Gaga) – 28/09/2021

Maria Teresa Carvalho Duha Schultz (Terê) – 27/09/2021

Américo Ferreira da Silva – 02/10/2021

Villar Gonçalves Silva – 02/10/2021

Walmir Carvalho – 10/10/2021

Olmiro da Silva Pintanel – 06/11/2021

**EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br**

ISBN 978-65-5754-155-5



9 786557 541555